



PARTE A

LICITAÇÃO N.º 017/CPL/2018
PROCESSO N.º 1867/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0141 – RECURSOS CIDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 540 / 2040
PROGRAMA DE TRABALHO: 15.01.26.127.0014.2050
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 481.540,08 (QUATROCENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E OITO CENTAVOS).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 30 DE JULHO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SINALIZAÇÃO URBANA HORIZONTAL E VERTICAL, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS PEÇAS DO MOBILIÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PRAÇAS E AVENIDAS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS TOPONÍMICOS, CONJUNTOS TOPONÍMICOS BIOGRÁFICOS, PLACAS TOPONÍMICAS. A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DEVERÁ OBEDECER AO DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NORMAS PERTINENTES.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaomppparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES MUNICIPAL.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **017/CPL/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR GLOBAL** de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **30 DE JULHO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **30 DE JULHO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES MUNICIPAL.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SINALIZAÇÃO URBANA HORIZONTAL E VERTICAL, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS PEÇAS DO MOBILIÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PRAÇAS E AVENIDAS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS TOPONÍMICOS, CONJUNTOS TOPONÍMICOS BIOGRÁFICOS, PLACAS TOPONÍMICAS. A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DEVERÁ OBEDECER AO DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NORMAS PERTINENTES**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

3- PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.



3.4 – Não será admitida a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja em qual for o órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócio, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.



4.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a Declaração que Cumpre Plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

4.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, deverá apresentar declaração conforme anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.1 – O Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação do licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.2 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34, da Lei nº 11.488/07, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.4.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.4.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);

4.4.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;

4.4.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.4.5 – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.4.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

4.4.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.4.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.4.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;



- b) Estatuto Social com ata da assembleia;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.4.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.7 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.8 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.



6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços **DEVERÁ** ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 15 (quinze) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;



IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.



7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.16 – As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo



prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, e após finalização do teste de conformidade o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.



8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor por lote/unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor GLOBAL da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.18 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato.

8.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – **Habilitação Jurídica:**

9.2.1.2 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.3 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;



- 9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;
- 9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;
- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.3.1.1 – Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.2 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.3 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.3.1.1, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.4 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração



Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;

- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de Abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.2.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4. Qualificação Técnica:

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou serviços semelhantes ao objeto deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos serviços prestados e o grau de satisfação.

9.2.4.2 – Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. As empresas que não possuem Registro no CREA ou CAU no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA ou CAU do seu estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, visto do CREA ou CAU do estado Da empresa vencedora do certame para execução dos serviços.

9.2.4.3 – Certidão de Acervo Técnico emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o qual comprove a aptidão do Responsável Técnico indicado pela proponente para execução dos serviços, devendo constar no Acervo Técnico o(s) atestado(s) apresentado(s). O atestado de capacidade técnica e a certidão de acervo técnico deverão referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.

9.2.4.4 - Ofício/declaração indicando o profissional que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços contratados, acompanhado de prova de o profissional pertencer ao quadro permanente de funcionários da empresa (comprovação através de apresentação de contrato social, no caso de sócio; cópia da carteira de trabalho ou contrato particular de prestação de serviço; prova de sua eleição como Diretor(a) da proponente na data prevista para a abertura deste procedimento licitatório; ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU onde conste como responsável técnico).



9.2.4.5 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, Lei nº 6.938/1981 e Lei Complementar nº 140/2011.

9.2.5 – Documentação Complementar

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2.O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.



10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art.41 § 2º da Lei 8.666/93.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material, observada a seguinte forma:



- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Requisitante, através de 3 (três) servidores designados.

13.4 – O atestado de recebimento definitivo somente será emitido quando da demonstração pelo contratado do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes da mão de obra utilizada na consecução do objeto do contrato.

14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para início da execução deverá ser o estipulado no Projeto Básico, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo contratual poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante solicitação da **SECRETARIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES MUNICIPAL**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do contrato, comprovada a justa causa do pedido.

15 – DO CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, o Pregoeiro, convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, devendo o mesmo comparecer para assinatura, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido à aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

15.7. Após a assinatura do contrato, a empresa CONTRATADA deverá apresentar apólice de seguro de vida e de acidentes pessoais de seus empregados, designados para atender as ordens de serviço do Município.

16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.



16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

16.4 – O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser CONTRATADA somente se dará após o recebimento definitivo do serviço e a comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas relativas à mão de obra empregada na execução do contrato, conforme subitem 21.9.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Comissão formada por servidores do ÓRGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES MUNICIPAL**.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.



18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0141 – RECURSOS CIDE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.

DOTAÇÃO: 540 / 2040

PROGRAMA DE TRABALHO: 15.01.26.127.0014.2050

22 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente a prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratual.

22.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Projeto Básico, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

22.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

22.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecendo o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

22.6 – Caso se faça necessária a representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

22.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a



parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.8 – No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento), caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

22.9 – A comprovação de que a **CONTRATADA** mantém todos os requisitos de habilitação é condição para o pagamento das faturas mensais dos serviços realizados, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, sendo facultado ao Município exigir do Contratado a comprovação mensal: a) do recolhimento do FGTS referente ao mês anterior; b) do pagamento dos salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior; c) do fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível; d) do pagamento da gratificação natalina; e) da concessão de férias e pagamentos correspondentes; f) da realização de exames admissionais, periódicos e demissionais; g) da comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como o RAIS e o CAGED; h) do cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo, observada a data-base da categoria profissional; i) do adimplemento das verbas rescisórias trabalhistas eventualmente devidas.

22.10 – O Município poderá reter, da fatura mensal devida à **CONTRATADA**, o valor necessário ao pagamento de todos os direitos trabalhistas eventualmente inadimplidos, fixando prazo para o seu adimplemento, sob pena de efetuar o pagamento diretamente aos empregados da mesma e de promover a rescisão unilateral do contrato.

22.11 – Se o Município for autuado, notificado, citado, intimado ou condenado em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível à **CONTRATADA**, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie, assistir-lhe-á o direito de reter, a partir do recebimento da autuação, notificação, citação ou da intimação a quantia referente à contingência calculada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo **MUNICÍPIO**. Este valor será restituído à **CONTRATADA** nos casos em que a mesma satisfizer a respectiva obrigação ou o **MUNICÍPIO** for excluído do polo passivo, mediante decisão irrecurável.

23 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

23.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

24 – ESTIMATIVA DE PREÇO

24.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 481.540,08 (QUATROCENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E OITO CENTAVOS)**, conforme especificações do Termo de Referência.

24.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

24.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24.4 – O cálculo do reajuste terá como data base a data da apresentação da proposta, não podendo ser implementado antes de transcorrido 12 (doze) meses da assinatura do contrato.

24.5 – A implementação do reajuste depende de requerimento expresso do contratado.



25 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

25.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

26 - DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrado tantos fornecedores quantos necessários para que em função de suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

26.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

26.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

26.6. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

26.7 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

26.8 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

26.9 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.10 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.



26.11 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.12. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

26.12.1. Cadastro Nacional de Condenações Civis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

26.12.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

26.12.3. Cadastro Inidoneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

26.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal 8.666 de 1993.

26.14 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

27 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 1867/2018

Licitação n.º ____/CPL/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SINALIZAÇÃO URBANA HORIZONTAL E VERTICAL, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS PEÇAS DO MOBILIÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PRAÇAS E AVENIDAS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS TOPONÍMICOS, CONJUNTOS TOPONÍMICOS BIOGRÁFICOS, PLACAS TOPONÍMICAS. A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DEVERÁ OBEDECER AO DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NORMAS PERTINENTES.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Sinalização horizontal com resina acrílica, em projetos até 60m², conforme especificações da CET-RIO.	M²	3.300		
2	Tacha bidirecional, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	800		
3	Tachão bidirecional, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	120		
4	Tacha, instalação, conforme especificação CETRIO. (desonerado)	Unidade	800		
5	Tachão, instalação, conforme especificação CETRIO. (desonerado)	Unidade	120		
6	Placa de sinalização modulada de alumínio com fundo em película refletiva com esferas inclusas tipo I-A da NBR14644, símbolos e tarjas em película refletiva com esferas encapsuladas tipo II-A da NBR14644, inclusive elementos de fixação, conforme especificação CET-RIO. fornecimento. (desonerado)	M²	36		
7	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ. (desonerado)	Unidade	26		
8	Instalação ou retirada de placas em braço projetado. (desonerado)	Unidade	12		
9	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2" de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	104		
10	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para	Unidade	10		



	fixação em hastes de 4" de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)				
11	Poste tipo G7 de 2" de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	Unidade	104		
12	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro de 2", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso. Referência de tabela CET/RJ.	Unidade	104		
13	Poste tipo S4, coluna de 4 1/2", de diâmetro, braço projetado de 4", e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	12		
14	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.(desonerado)	Unidade	12		
15	Bloco semafórico principal com 3 (três) módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	Unidade	12		
16	Bloco semafórico repetidor com 3 (três) módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12		
17	Bloco semafórico para pedestre com 2 (dois) módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde "Siga" (boneco) e foco vermelho "Pare" (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12		
18	Controlador eletrônico de tráfego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	6		
19	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	Unidade	6		
20	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	Unidade	36		
21	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm ² , conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação (desonerado)	MT	196		
22	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm ² , conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação. (desonerado).	MT	138		
TOTAL					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$:

PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS: CONFORME PROJETO BÁSICO

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Sinalização horizontal com resina acrílica, em projetos até 60m², conforme especificações da CET-RIO.	M²	3.300	R\$ 65,00	R\$ 214.500,00
2	Tacha bidirecional, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	800	R\$ 12,20	R\$ 9.760,00
3	Tachão bidirecional, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	120	R\$ 44,30	R\$ 5.316,00
4	Tacha, instalação, conforme especificação CETRIO. (desonerado)	Unidade	800	R\$ 5,02	R\$ 4.016,00
5	Tachão, instalação, conforme especificação CETRIO. (desonerado)	Unidade	120	R\$ 11,00	R\$ 1.320,00
6	Placa de sinalização modulada de alumínio com fundo em película refletiva com esferas inclusas tipo I-A da NBR14644, símbolos e tarjas em película refletiva com esferas encapsuladas tipo II-A da NBR14644, inclusive elementos de fixação, conforme especificação CET-RIO. fornecimento. (desonerado)	M²	36	R\$ 799,00	R\$ 28.764,00
7	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ. (desonerado)	Unidade	26	R\$ 28,65	R\$ 744,90
8	Instalação ou retirada de placas em braço projetado. (desonerado)	Unidade	12	R\$ 159,32	R\$ 1.911,84
9	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2" de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	104	R\$ 124,00	R\$ 12.896,00
10	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 4" de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	10	R\$ 177,00	R\$ 1.770,00
11	Poste tipo G7 de 2" de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	Unidade	104	R\$ 269,20	R\$ 27.996,80
12	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro de 2", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso. Referência de tabela CET/RJ.	Unidade	104	R\$ 43,00	R\$ 4.472,00
13	Poste tipo S4, coluna de 4 1/2", de diâmetro, braço projetado de 4", e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	12	R\$ 4.796,00	R\$ 57.552,00
14	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.(desonerado)	Unidade	12	R\$ 186,00	R\$ 2.232,00
15	Bloco semaforico principal com 3 (três) módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	Unidade	12	R\$ 2.196,00	R\$ 26.352,00
16	Bloco semaforico repetidor com 3 (três) módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12	R\$ 1.810,00	R\$ 21.720,00
17	Bloco semaforico para pedestre com 2 (dois) módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde "Siga" (boneco) e foco vermelho "Pare" (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12	R\$ 1.223,00	R\$ 14.676,00



18	Controlador eletrônico de trafego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	6	R\$ 5.863,00	R\$ 35.178,00
19	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	Unidade	6	R\$ 379,00	R\$ 2.274,00
20	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	Unidade	36	R\$ 138,00	R\$ 4.968,00
21	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm ² , conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação (desonerado)	MT	196	R\$ 9,00	R\$ 1.764,00
22	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm ² , conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação. (desonerado).	MT	138	R\$ 9,83	R\$ 1.356,54
TOTAL				R\$ 481.540,08	



ANEXO 1.2

PLANILHA DE CUSTO

Especificações para a composição da remuneração

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
G	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	

2	Benefícios mensais e diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica, entre outros)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

03	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos Diversos	

04	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	Total		



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2018.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº ____/CPL/2018 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/CPL/2018

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº ____/CPL/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6
PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO

Contratação de empresa qualificada para sinalização, identificação e manutenção das vias e logradouros públicos do Município de Paracambi/RJ como adequação à Legislação de Trânsito vigente. **Tudo material, nas quantidades, qualidade e serviços consta no ANEXO I deste Projeto Básico.**

OBJETO

Constitui objeto para contratação através de Licitação de empresa qualificada em serviço público de sinalização urbana horizontal e vertical, com fornecimento, instalação, adequação, recuperação e manutenção corretiva e preventiva das peças do mobiliário de equipamentos de identificação de logradouros, praças e avenidas, através da implantação e manutenção de conjuntos toponímicos, conjuntos toponímicos biográficos, placas toponímicas. A contratação na Administração Pública para execução de serviços deverá obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais normas pertinentes.

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

Em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 que determina no seu Art. 90 que o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é a responsável pela implantação da sinalização, a Prefeitura Municipal de Paracambi irá contratar empresa especializada para implantar a sinalização horizontal, vertical, dispositivos de sinalização auxiliar, luminosos e sonoros nas ruas do Município que de acordo com o **Art. 87 do CTB os sinais de trânsito classificam-se em**

- I – Verticais;
- II – Horizontais;
- III – Dispositivos de sinalização auxiliar;
- IV – Luminosos;
- V - Sonoros;
- (...)

A implantação deste Projeto trará benefícios para o município com o incremento da segurança aos cidadãos, por conta da garantia de deslocamento mais seguro e de novos padrões técnicos de engenharia, Vale ressaltar que a sinalização de trânsito informará e orientará os usuários das vias, com o intuito de garantir um trânsito mais organizado e seguro para os condutores e pedestres, visando à mobilidade urbana e acessibilidade pública, beneficiando usuários e comerciantes, aprimorando assim a prestação de um serviço público de excelência.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Nº	ESPECIFICAÇÃO
1	Contratação de empresa qualificada para sinalização, identificação e manutenção das vias e logradouros públicos do Município de Paracambi/RJ como adequação à Legislação de Trânsito vigente, conforme descrição no projeto básico.



OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 1 – Todo serviço e suas quantidades e qualidade consta no ANEXO I deste Projeto Básico;
- 2 – Entregar o objeto do contrato, ANEXO I, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluso no valor do pagamento todas e quaisquer despesas. Tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- 3 – Reconhecer por este instrumento que é única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar a CONTRATANTE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência do não fornecimento do objeto ou durante o transporte e entrega dos materiais, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar;
- 4 – A não entrega dos materiais e os serviços, conforme especificado no ANEXO I deste Projeto Básico, acarretará na suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação;
- 5 – É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, prejudiquem a execução do contrato;
- 6 – A mão de obra a empregar será, obrigatoriamente, de qualidade comprovada, de profissionais sem impedimentos legais e ou de saúde;
- 7 – A CONTRATADA se responsabilizará por qualquer dano, acidente ou sinistro que venha a ocorrer na obra por falta de segurança, falta de equipamentos adequados tanto de trabalho quanto de segurança dos empregados;
- 8 – A CONTRADA deverá ser responsável pelo uso de EPI's, dispondo-os dos mesmos para seus funcionários;
- 9 – Ser responsável pelos deslocamentos aos locais solicitados pelo Município;
- 10 – Registro no CREA;
- 11 – A CONTRATADA deverá permitir a inspeção e o controle, por parte da FISCALIZAÇÃO, de todos os serviços, materiais e equipamentos, em qualquer época e lugar, durante a execução das obras;
- 12 – A mão de obra a empregar deverá ser de primeira qualidade, de modo a permitir uma perfeita execução dos serviços e um acabamento esmerado dos mesmos;
- 13 – Deverão ser empregadas ferramentas adequadas ao tipo de serviço a executar;
- 14 – A sinalização deverá ser posicionada de tal forma que seja vista e ou entendida sob qualquer condição climática;
- 15 – Os dispositivos deverão ser colocados de forma a prevenir o condutor oportunamente, dando-lhe tempo suficiente para tomar decisão;
- 16 – Como regra geral para todos os sinais posicionados lateralmente à via deve-se garantir uma pequena deflexão horizontal (em torno de 3º), em relação à direção ortogonal ao trajeto dos veículos que se aproximam, de forma a minimizar problemas de reflexo;
- 17- A CONTRATADA deverá cumprir as seguintes Especificações da ABNT:
ABNT-NBR 6123:1988 - Forças devidas ao vento em edificações;
ABNT-NBR-6650/2014 [Bobinas e chapas finas a quente de aço-carbono para uso estrutural](#);
ABNT-NBR16184 [Esferas e microesferas de vidro](#) retrorrefletivas;
ABNT-NBR-7823 - Chapas de alumínio e suas ligas - Propriedades mecânicas
ABNT-NBR-8855 - Propriedades mecânicas de elementos de fixação – parafusos e prisioneiros;



ABNT-NBR-10062 - Porcas com valores de cargas específicas – Características mecânicas dos elementos de fixação;

ABNT-NBR-11904/92 - Chapas planas de aço zincadas para confecção de sinalização viária;

ABNT-NBR 13076/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação do teor de ligante;

ABNT-NBR 13077/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de cromato de chumbo;

ABNT-NBR 13078/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de sulfeto de cádmio;

ABNT-NBR 13079/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da densidade de massa específica;

ABNT-NBR 13080/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação do deslizamento;

ABNT-NBR 13081/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da resistência à abrasão;

ABNT-NBR 13082/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da resistência à luz;

ABNT-NBR 13087/94 - Abreviatura e siglas para placas identificadoras;

ABNT-NBR 13090/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de titânio pelo método de redução ao alumínio;

ABNT-NBR 13091/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de microesferas de vidro;

ABNT-NBR 13092/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da temperatura de amolecimento (ponto de amolecimento);

ABNT-NBR 13093/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da estabilidade ao calor;

ABNT-NBR 13094/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização rodoviária – Determinação da cor;

ABNT-NBR 13159/94 - Termoplástico para sinalização horizontal aplicado pelo processo de aspersão – Especificação;

ABNT-NBR 14281/99 - Sinalização horizontal viária – Esferas de vidro – Requisitos;

ABNT-NBR-14636/00 - Sinalização horizontal viária – tachas refletivas viárias – requisitos;

ABNT-NBR-14644/07 - Sinalização vertical viária - Películas refletivas – requisitos;

ABNT-NBR 14723/05 - Sinalização horizontal viária – Avaliação da retrorrefletividade;

ABNT-NBR-14891/02 - Sinalização viária – placas;

ABNT-NBR -15402/06 – Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – procedimentos para execução da demarcação e avaliação;

ABNT-NBR – 15405/06 – Sinalização horizontal viária – tintas – procedimentos para execução da demarcação e avaliação;

ABNT-NBR 15199/05 - Microesferas de vidro – Métodos de ensaios;

ABNT-NBR – 15576/08 – Sinalização horizontal viária – tachões refletivos viárias – requisitos e métodos de ensaios;

ABNT-NBR 6123:1988 - Forças devidas ao vento em edificações;



ABNT-NBR-6650/2014 Bobinas e chapas finas a quente de aço-carbono para uso estrutural;
ABNT-NBR16184 Esferas e microesferas de vidro retrorrefletivas;
ABNT-NBR-7823 - Chapas de alumínio e suas ligas - Propriedades mecânicas
ABNT-NBR-8855 - Propriedades mecânicas de elementos de fixação – parafusos e prisioneiros;
ABNT-NBR-10062 - Porcas com valores de cargas específicas – Características mecânicas dos elementos de fixação;
ABNT-NBR-11904/92 - Chapas planas de aço zincadas para confecção de sinalização viária;
ABNT-NBR 13076/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação do teor de ligante;
ABNT-NBR 13077/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de cromato de chumbo
ABNT-NBR 13078/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de sulfeto de cádmio
ABNT-NBR 13079/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da densidade de massa específica
ABNT-NBR 13080/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação do deslizamento
ABNT-NBR 13081/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da resistência à abrasão
ABNT-NBR 13082/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da resistência à luz
ABNT-NBR 13087/94 - Abreviatura e siglas para placas identificadoras;
ABNT-NBR 13090/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de titânio pelo método de redução ao alumínio;
ABNT-NBR 13091/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação de microesferas de vidro;
ABNT-NBR 13092/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da temperatura de amolecimento (ponto de amolecimento);
ABNT-NBR 13093/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização horizontal – Determinação da estabilidade ao calor;
ABNT-NBR 13094/94 - Termoplástico retrorrefletorizado para sinalização rodoviária – Determinação da cor;
ABNT-NBR 13159/94 - Termoplástico para sinalização horizontal aplicado pelo processo de aspersão – Especificação;
ABNT-NBR 14281/99 - Sinalização horizontal viária – Esferas de vidro – Requisitos;
ABNT-NBR-14636/00 - Sinalização horizontal viária – tachas refletivas viárias – requisitos;
ABNT-NBR-14644/07 - Sinalização vertical viária - Películas refletivas – requisitos;
ABNT-NBR 14723/05 - Sinalização horizontal viária – Avaliação da retrorrefletividade;
ABNT-NBR-14891/02 - Sinalização viária – placas;
ABNT-NBR -15402/06 – Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – procedimentos para execução da demarcação e avaliação;



ABNT-NBR – 15405/06 – Sinalização horizontal viária – tintas – procedimentos para execução da demarcação e avaliação;

ABNT-NBR 15199/05 - Microesferas de vidro – Métodos de ensaios;

ABNT-NBR – 15576/08 – Sinalização horizontal viária – tachões refletivos viárias – requisitos e métodos de ensaios;

18 – Toda Sinalização deve seguir orientação relativa à forma, cor, tamanho e diagramações constantes do Código de Trânsito Brasileiro – Anexo II, do Manual de Sinalização do DNIT e a Resolução 599/82 do CONTRAN.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

1 – Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a **CONTRATANTE** obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

2 – Fornecer à **CONTRATADA**, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

3 – Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estipulado;

4 - Toda e qualquer modificação que acarrete aumento ou traga diminuição de quantitativos ou despesas, será previamente outorgada por escrito pela **CONTRATANTE**, após o pronunciamento da **FISCALIZAÇÃO** e só assim tomada em consideração no ajuste final de contas. Essas modificações serão medidas e pagas ou deduzidas, com base nos preços unitários do contrato;

5 - A fiscalização das obras e serviços será exercida pela **CONTRATANTE**, diretamente, e/ou através de Consultoria pela mesma credenciada. A existência da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a responsabilidade integral, única e exclusiva da **CONTRATADA**, para com os trabalhos e obras adjudicados, nos termos do Código Civil Brasileiro.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será após o termino do serviço encaminhado o pedido de pagamento através da nota fiscal emitida pela **CONTRATADA**, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação.

OBSERVAÇÕES	
PRAZO DE EXECUÇÃO	Em 12 meses
LOCAL DE ENTREGA	Secretaria Executiva de Trânsito e Transportes Municipal Estrada RJ 127, nº 10.604 Espaço Lanari - Paracambi/RJ – CEP: 26.600.000

Paracambi, 09 de julho de 2018.

Ao Gabinete, solicitação aprovação.

Rosemere Silva da Cruz



Gabinete do Secretário, em ____/____/2018.

- 1 – Ciente.
- 2 – Aprovo o presente projeto básico na forma apresentado.
- 3 – A CPL/Compras, para as providências pertinentes, conforme preceitua o Decreto nº 4.482/2017.

Harryson Rei de Paula Costa
Secretário Executivo de Trânsito e Transportes Municipal



ANEXO I

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Sinalização horizontal com resina acrílica, em projetos até 60m², conforme especificações da CET-RIO.	M²	3.300
2	Tacha bidirecional, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	800
3	Tachão bidirecional, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	120
4	Tacha, instalação, conforme especificação CETRIO. (desonerado)	Unidade	800
5	Tachão, instalação, conforme especificação CETRIO. (desonerado)	Unidade	120
6	Placa de sinalização modulada de alumínio com fundo em película refletiva com esferas inclusas tipo I-A da NBR14644, símbolos e tarjas em película refletiva com esferas encapsuladas tipo II-A da NBR14644, inclusive elementos de fixação, conforme especificação CET-RIO. fornecimento. (desonerado)	M²	36
7	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ. (desonerado)	Unidade	26
8	Instalação ou retirada de placas em braço projetado. (desonerado)	Unidade	12
9	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2" de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	104
10	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 4" de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.(desonerado)	Unidade	10
11	Poste tipo G7 de 2" de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	Unidade	104
12	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro de 2", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso. Referência de tabela CET/RJ.	Unidade	104
13	Poste tipo S4, coluna de 4 1/2", de diâmetro, braço projetado de 4", e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12
14	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.(desonerado)	Unidade	12
15	Bloco semafórico principal com 3 (três) módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	Unidade	12
16	Bloco semafórico repetidor com 3 (três) módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12
17	Bloco semafórico para pedestre com 2 (dois) módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde "Siga" (boneco) e foco vermelho "Pare" (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	12
18	Controlador eletrônico de tráfego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento. (desonerado)	Unidade	6
19	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	Unidade	6
20	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	Unidade	36
21	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm², conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação (desonerado)	MT	196
22	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm², conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação. (desonerado).	MT	138



ANEXO 7

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE OBRA

CRONOGRAMA FÍSICO																
Prazo de execução das fases da obra (total de 12 meses)																
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				QUANTIDADE	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
1	SCO/RJ	ST 75.05.0050 (A)	Sinalizacao horizontal com resina acrilica, em projetos ate 60m2, conforme especificacoes da CET-RIO.	3300,00	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0	275,0
2	SCO/RJ	ST 74.10.0201 (/)	Tacha bidirecional, conforme especificacao CET-RIO. Fornecimento.	800,00	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7
3	SCO/RJ	ST 74.10.0401 (/)	Tachao bidirecional, conforme especificacao CET-RIO. Fornecimento	120,00	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
4	SCO/RJ	ST 74.05.0650 (/)	Tacha, instalacao, conforme especificacao CET-RIO.	800,00	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7	66,7
5	SCO/RJ	ST 74.05.0700 (/)	Tacha, instalacao, conforme especificacao CET-RIO.	120,00	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
6	SCO/RJ	ST 69.05.0350 (/)	Placa de sinalizacao modulada de aluminio com fundo em pelicula refletiva com esferas inclusas tipo I-A da NBR14644, simbolos e tarjas em pelicula refletiva com esferas encapsuladas tipo II-A da NBR14644, inclusive elementos de fixacao, conforme especificacao CET-RIO.	36,00	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
7	SCO/RJ	ST 69.15.0100 (A)	Instalacao e retirada de placas em postes duplos.	26,00	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
8	SCO/RJ	ST 69.15.0150 (/)	Instalacao ou retirada de placas em braco projetado.	12,00	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0



9	SCO/RJ	ST 69.25.0200 (/)	Suporte para fixacao de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aco galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixacao em hastes de 2" de diametro externo, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	104,00	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7
10	SCO/RJ	ST 69.25.0300 (/)	Suporte para fixacao de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aco galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixacao em hastes de 4" de diametro externo, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	10,00	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
11	SCO/RJ	ST 65.05.0400	Poste tipo G7, de 2" de diametro, altura de 3500mm, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	104,00	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7
12	SCO/RJ	ST 69.15.0050	Instalacao e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ.	104,00	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7	8,7
13	SCO/RJ	ST 64.05.0200 (/)	Poste tipo S4, coluna de 4 1/2", de diametro, braco projetado de 4", e projecao de 6200mm, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	12,00	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
14	SCO/RJ	ST 64.15.0100 (A)	Assentamento de poste simples de aco, diametro maior que 4", inclusive abertura de furo, fundacao e recomposicao do piso.	12,00	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
15	SCO/RJ	ST 59.05.0500	Bloco semaforico principal com 3 (tres) modulos focais de 300mm de diametro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedacao e suportes de fixacao, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	12,00	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
16	SCO/RJ	ST 59.05.0550	Bloco semaforico repetidor com 3 (tres) modulos focais de 200mm de diametro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedacao e suportes de fixacao, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	12,00	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0



17	SCO/RJ	ST 59.05.1000	Bloco semaforico para pedestre com 2 (dois) modulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde "Siga" (boneco) e foco vermelho "Pare" (mao espalmada) com borrachas de vedacao e suportes de fixacao, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	12,00	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
18	SCO/RJ	ST 59.10.0150	Controlador eletronic de trafego de 4 fases para intersecoes fora da area do CTA, conforme especificacao CET-RIO.	6,00	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
19	SCO/RJ	ST 59.25.0050 (/)	Instalacao, programacao e teste de funcionamento de controlador de trafego.(desonerado)	6,00	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
20	SCO/RJ	ST 59.20.0050 (/)	Instalacao e teste de funcionamento de blocos semaforicos.(desonerado)	36,00	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
21	SCO/RJ	ST 59.20.0250 (/)	Cabo para alimentacao de semaforo, secao de 4x1,5mm2, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento e instalacao.(desonerado)	196,00	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3
22	SCO/RJ	ST 59.20.0300 (/)	Cabo para alimentacao de semaforo, secao de 7x1,5mm2, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento e instalacao.(desonerado)	138,00	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5



ANEXO 7.1
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO																
Prazo de execução das fases dos serviços (total de 12 meses)																
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				Valor total (BDI = 18%)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
1	SCO/RJ	ST 75.05.0050 (A)	Sinalizacao horizontal com resina acrilica, em projetos ate 60m2, conforme especificacoes da CET-RIO.	R\$ 214.500,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00	R\$ 17.875,00
2	SCO/RJ	ST 74.10.0201 (I)	Tacha bidirecional, conforme especificacao CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 9.760,00	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33	R\$ 813,33
3	SCO/RJ	ST 74.10.0401 (I)	Tachao bidirecional, conforme especificacao CET-RIO. Fornecimento	R\$ 5.316,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00
4	SCO/RJ	ST 74.05.0650 (I)	Tacha, instalacao, conforme especificacao CET-RIO.	R\$ 4.016,00	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67	R\$ 334,67
5	SCO/RJ	ST 74.05.0700 (I)	Tacha, instalacao, conforme especificacao CET-RIO.	R\$ 1.320,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00
6	SCO/RJ	ST 69.05.0350 (I)	Placa de sinalizacao modulada de aluminio com fundo em pelicula refletiva com esferas inclusas tipo I-A da NBR14644, simbolos e tarjas em pelicula refletiva com esferas encapsuladas tipo II-A da NBR14644, inclusive elementos de fixacao, conforme especificacao CET-RIO.	R\$ 28.764,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00
7	SCO/RJ	ST 69.15.0100 (A)	Instalacao e retirada de placas em postes duplos.	R\$ 744,90	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08	R\$ 62,08
8	SCO/RJ	ST 69.15.0150 (I)	Instalacao ou retirada de placas em braco projetado.	R\$ 1.911,84	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32	R\$ 159,32



9	SCO/RJ	ST 69.25.0200 (/)	Suporte para fixacao de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixacao em hastes de 2" de diametro externo, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 12.896,00	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67	R\$ 1.074,67
10	SCO/RJ	ST 69.25.0300 (/)	Suporte para fixacao de placas, fabricado em perfil "U" de 1 3/4"x5/8", em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixacao em hastes de 4" de diametro externo, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 1.770,00	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50	R\$ 147,50
11	SCO/RJ	ST 65.05.0400	Poste tipo G7, de 2" de diametro, altura de 3500mm, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 27.996,80	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07	R\$ 2.333,07
12	SCO/RJ	ST 69.15.0050	Instalacao e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ.	R\$ 4.472,00	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67	R\$ 372,67
13	SCO/RJ	ST 64.05.0200 (/)	Poste tipo S4, coluna de 4 1/2", de diametro, braco projetado de 4", e projecao de 6200mm, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 57.552,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00	R\$ 4.796,00
14	SCO/RJ	ST 64.15.0100 (A)	Assentamento de poste simples de aço, diametro maior que 4", inclusive abertura de furo, fundacao e recomposicao do piso.	R\$ 2.232,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00	R\$ 186,00
15	SCO/RJ	ST 59.05.0500	Bloco semaforico principal com 3 (tres) modulos focais de 300mm de diametro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedacao e suportes de fixacao, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 26.352,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00	R\$ 2.196,00
16	SCO/RJ	ST 59.05.0550	Bloco semaforico repetidor com 3 (tres) modulos focais de 200mm de diametro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedacao e suportes de fixacao, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 21.720,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00



17	SCO/RJ	ST 59.05.1000	Bloco semaforico para pedestre com 2 (dois) modulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde "Siga" (boneco) e foco vermelho "Pare" (mao espalmada) com borrachas de vedacao e suportes de fixacao, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento.	R\$ 14.676,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00	R\$ 1.223,00
18	SCO/RJ	ST 59.10.0150	Controlador eletronico de trafego de 4 fases para intersecoes fora da area do CTA, conforme especificacao CET-RIO.	R\$ 35.178,00	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50	R\$ 2.931,50
19	SCO/RJ	ST 59.25.0050 (/)	Instalacao, programacao e teste de funcionamento de controlador de trafego.(desonerado)	R\$ 2.274,00	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50	R\$ 189,50
20	SCO/RJ	ST 59.20.0050 (/)	Instalacao e teste de funcionamento de blocos semaforicos.(desonerado)	R\$ 4.968,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00	R\$ 414,00
21	SCO/RJ	ST 59.20.0250 (/)	Cabo para alimentacao de semaforo, secao de 4x1,5mm2, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento e instalacao.(desonerado)	R\$ 1.764,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 147,00
22	SCO/RJ	ST 59.20.0300 (/)	Cabo para alimentacao de semaforo, secao de 7x1,5mm2, conforme especificacao da CET-RIO. Fornecimento e instalacao.(desonerado)	R\$ 1.356,54	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05	R\$ 113,05
			Total =	R\$ 481.540,08	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34	R\$ 40.128,34

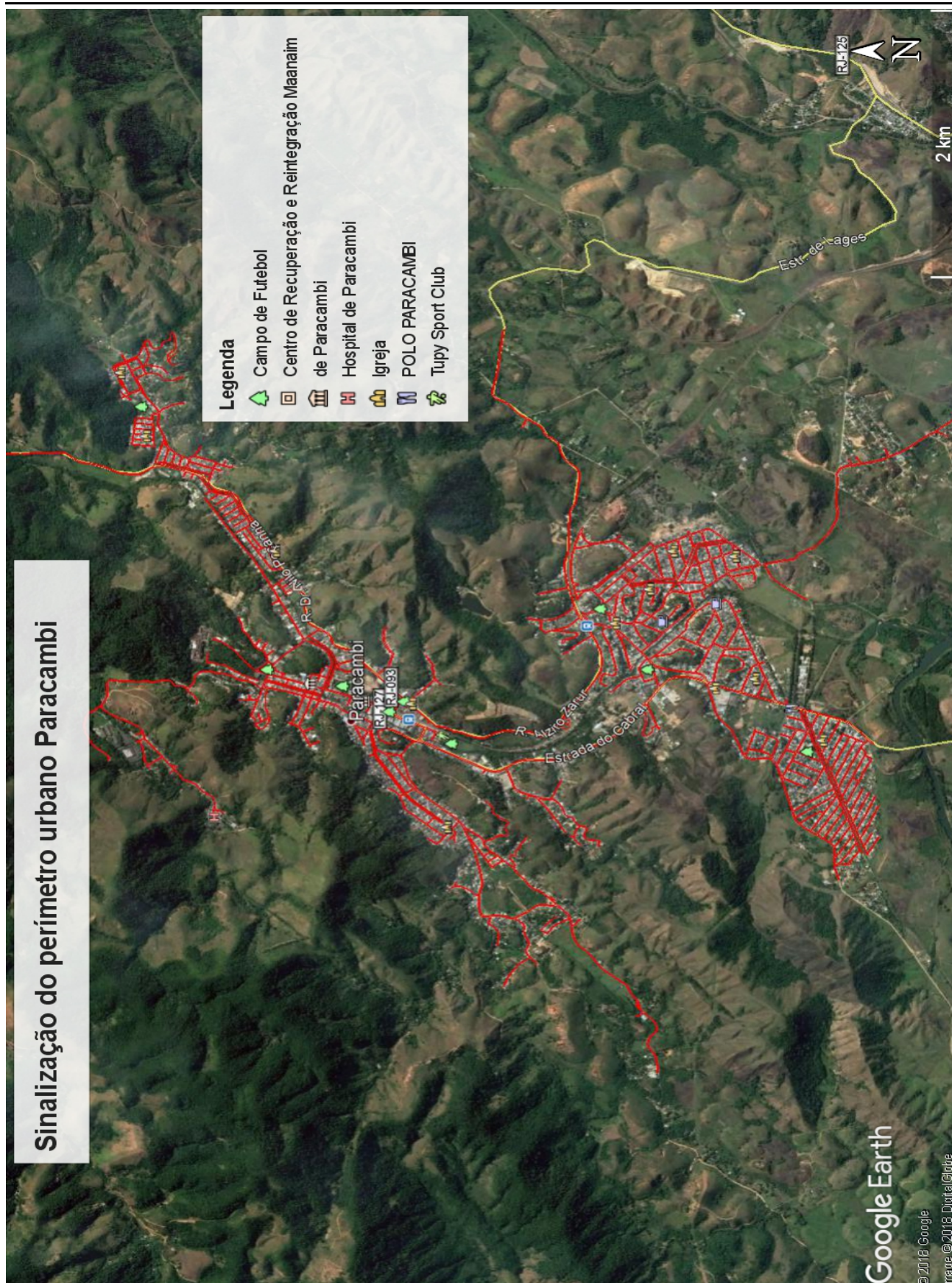


LEVANTAMENTO DO COMPRIMENTO DE VIAS (AMBOS OS LADOS) DE PARACAMBI

VIA	COMPRIMENTO	
	METROS	QUILOMETROS
VIA PAVIMENTADA ASFALTO	162,85	0,163
VIA PAVIMENTADA COM MEIO FIO	140414,72	140,415
VIA PAVIMENTADA SEM MEIO FIO	31994,77	31,995
TOTAL	172572,35	172,572

QUEBRA MOLA	40
SEMÁFOROS	6
FAIXA DE PEDESTRES	40

Dados levantados usando como base a vetorização das Ruas da Zona Urbana de Paracambi pela TopoCart em 2016, financiado pela Câmara Metropolitana do RJ.





ANEXO 8
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SINALIZAÇÃO URBANA HORIZONTAL E VERTICAL, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS PEÇAS DO MOBILIÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PRAÇAS E AVENIDAS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS TOPONÍMICOS, CONJUNTOS TOPONÍMICOS BIOGRÁFICOS, PLACAS TOPONÍMICAS. A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DEVERÁ OBEDECER AO DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NORMAS PERTINENTES.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____ carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a

_____ situada
inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na

_____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº 1505/2018, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
20º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
21º	DO FORO



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SINALIZAÇÃO URBANA HORIZONTAL E VERTICAL, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS PEÇAS DO MOBILIÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PRAÇAS E AVENIDAS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS TOPONÍMICOS, CONJUNTOS TOPONÍMICOS BIOGRÁFICOS, PLACAS TOPONÍMICAS. A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DEVERÁ OBEDECER AO DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NORMAS PERTINENTES**, com base nas exigências do Projeto Básico constante dos autos do citado processo, bem como do seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/20____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado por interesses das partes, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestado regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- A CONTRATADA não tem o direito subjetivo à prorrogação contratual.
- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

Parágrafo segundo. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.
- coordenar e supervisionar os serviços contratados por meio de pessoal indicado para tal fim.



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) prestar o objeto contratual de acordo com as normas aplicáveis, em face da legislação vigente e daquelas contidas neste contrato e no projeto básico;
- b) executar, direta ou indiretamente, nos termos da legislação vigente, os estudos e os trabalhos necessários à elaboração e concretização dos serviços ajustados nos termos da cláusula primeira, observando sempre os critérios de qualidade técnica e prazos previstos;
- c) utilizar na execução dos serviços contratados pessoal que possua qualificação na área de abrangência das atividades que lhe foram confiadas;
- d) prover às suas exclusivas expensas e executar todos os serviços de acordo com o plano de trabalho apresentado;
- e) atender às solicitações do **MUNICÍPIO** prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às solicitações efetuadas dentro do escopo deste contrato;
- f) assumir responsabilidades legais técnicas e administrativas pela execução dos trabalhos técnicos ajustados;
- g) prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados na execução contratual, sempre que a ela imputáveis;
- h) manter absoluto sigilo sobre quaisquer informações, materiais, documentações, especificações técnicas, comerciais, operações e/ou outros elementos que tiver conhecimento em função dos serviços prestados;
- i) disponibilizar um preposto, sempre que necessário, para prover o que disser respeito a regular execução contratual;
- j) acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- k) realizar o reparo ou a substituição de peças e acessórios em no máximo 72 (setenta e duas) horas, caso seja constatado defeito em seu funcionamento.
- l) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- m) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- n) a empresa contratada deverá proceder as manutenções preventivas e corretivas, em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após ser chamada;
- o) atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual.
- p) cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes do Edital.
- q) **A CONTRATADA, poderá contratar um percentual mínimo de funcionários que sejam oriundos do sistema prisional, conforme pleiteia o art. 40, § 5 da Lei Federal nº 8666/2017, incluído pela Lei Federal nº 13.500/2017 de 26 de Outubro de 2017.**
- r) Após a assinatura do contrato, a empresa CONTRATADA deverá apresentar apólice de seguro de vida e de acidentes pessoais de seus empregados, designados para atender as ordens de serviço do Município.



CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ ____ (____) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O valor total do contrato é composto de acordo com os preços unitários discriminados na proposta vencedora.

Parágrafo segundo. Consideram-se incluídos no preço previsto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0141 – RECURSOS CIDE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.

DOTAÇÃO: 540 / 2040

PROGRAMA DE TRABALHO: 15.01.26.127.0014.2050

Nota de Empenho: _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** iniciará a execução do serviço dentro de no máximo ____ (____) dias após recebimento da ordem de serviço.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** empregará os bens e os recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento, conforme planilha estimada de pessoas que será emitida pelo **MUNICÍPIO**, sempre que necessário.

Parágrafo terceiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.



Parágrafo quarto. As inclusões ou exclusões de peças e acessórios ou alteração de seus preços que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.
- f)

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:



- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro desta cláusula ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA DÉCIMA – PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará os pagamentos devidos por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Primeiro – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis.

Parágrafo Segundo - Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratado.

Parágrafo Terceiro - Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo Quarto - Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no projeto básico.

Parágrafo Quinto - O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666/93.



Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Oitavo – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

Parágrafo Nono - As cobranças das parcelas de serviços serão feitas pela empresa que vier a ser contratada, de acordo com a periodicidade e valores estabelecidos neste Contrato, deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal / Fatura (duas vias);
- b) Planilha de Medição;
- c) Cópia do Contrato;
- d) Cópias de Termos Aditivos, se houver
- e) Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- f) Prova de Regularidade com o FGTS; e
- g) Prova de Regularidade com o INSS

Parágrafo Décimo - O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

O CONTRATANTE, até _____ (_____) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços.



Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESTITUIÇÃO DE VALORES AO MUNICÍPIO

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimo por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) correspondente as infrações do Grupo 1 e multa de 3% (três por cento) correspondente as infrações do Grupo 2, conforme Projeto Básico, que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a



multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 05 (cinco) anos.

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente às sanções previstas nas alíneas “b”, “c” e “d”.

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto nº 4.482/2017.

Parágrafo quinto. O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.



Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

Parágrafo primeiro - O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

Parágrafo segundo – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

Parágrafo terceiro – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

Parágrafo quarto – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.



Paracambi, de de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º 017/CPL/2018
PROCESSO N.º 1867/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0141 – RECURSOS CIDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 540 / 2040
PROGRAMA DE TRABALHO: 15.01.26.127.0014.2050
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 481.540,08 (QUATROCENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E OITO CENTAVOS).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 30 DE JULHO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SINALIZAÇÃO URBANA HORIZONTAL E VERTICAL, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS PEÇAS DO MOBILIÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PRAÇAS E AVENIDAS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS TOPONÍMICOS, CONJUNTOS TOPONÍMICOS BIOGRÁFICOS, PLACAS TOPONÍMICAS. A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DEVERÁ OBEDECER AO DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NORMAS PERTINENTES.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES MUNICIPAL.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	